

A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação

1. INTRODUÇÃO

Com este trabalho não pretendemos proceder a uma caracterização da demografia portuguesa numa perspectiva de século. Pensamos que tal já foi parcialmente realizado nos seus aspectos fundamentais e que o seu aprofundamento só pode ser feito no âmbito de um projecto cujos objectivos são de natureza diferente dos do presente colóquio.

Não temos dúvidas em afirmar que tal projecto é urgente, mas também nos parece ser igualmente importante explicitar desde já as grandes linhas de transformação da demografia portuguesa do século xx. Esta explicitação permitirá, em nosso entender, encontrar um fio condutor para arrumar os trabalhos já efectuados, identificar as carências em ordem a suscitar a investigação e até mesmo orientar parte do nosso debate.

Na apresentação destas principais linhas de evolução e transformação procurámos respeitar a ordem normal da caracterização demográfica. Por outras palavras, analisaremos em primeiro lugar as variáveis macrodemográficas (ou aspectos globais da população) e em segundo lugar as variáveis microdemográficas.

No que diz respeito às fontes, a tarefa dos que se dedicam à investigação deste período em demografia encontra-se relativamente facilitada. Para a análise do estado da população dispomos de recenseamentos em todos os decénios (1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1981). São recenseamentos de qualidade variável, mas em nenhuma destas épocas identificámos erros que impedissem a sua utilização, quer numa óptica global, quer numa óptica regional: neles encontramos tudo o que necessitamos de essencial (volumes e estruturas) para podermos trabalhar. Contudo, julgamos importante chamar a atenção para três pontos fundamentais: a existência de pessoas com idade ignorada até 1940, os dados estruturais do *Recenseamento de 1970* estarem disponíveis apenas com uma estimativa a 20% e o facto de o último recenseamento se ter realizado em Março de 1981. Em relação ao primeiro aspecto, esta idade ignorada não pode ser esquecida quando trabalhamos com estruturas, pois pode produzir distorções nos cálculos. Convém, pois, proceder à sua repartição proporcional pelos diversos grupos de idades. No *Recenseamento de 1970*, o facto de dispormos apenas de estimativas a 20% deve merecer a nossa particular

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

atenção, sobretudo quando trabalhamos à microescala. Finalmente, no caso do último recenseamento, o facto de ele se ter realizado em Março de 1981 não deve alterar a nossa lógica normal. Na realidade, já observámos em alguns trabalhos que foram aparecendo a utilização do critério onze anos de diferença entre os dois últimos censos. Tal não deve ser feito. Como a diferença de Dezembro de 1980 a Março de 1981 é menor que a diferença entre esta última data e Dezembro de 1981, tudo se deve passar como se o recenseamento tivesse ocorrido em Dezembro. Cometemos certamente um pequeno erro por defeito, mas esse erro é consideravelmente menor do que o erro por excesso se procedermos ao contrário.

No que diz respeito à análise do movimento da população, dispomos de tabelas do movimento fisiológico da população (1901-10), *Estatísticas da Emigração Portuguesa* (1901-12), *Folhetos de Movimento da População* (1907-12), *Estatísticas Demográficas do Movimento da População* (1913-25) e depois dos *Anuários Demográficos e Estatísticas Demográficas*. Também se têm revelado instrumentos de trabalho muito úteis os *Anuários Estatísticos*, os *Boletins Mensais de Estatística* e, mais recentemente, as *Estatísticas da Saúde*.

Nestes documentos de trabalho encontramos praticamente tudo o que necessitamos nos seus aspectos fundamentais. A sua qualidade é variável, mas, tal como nos recenseamentos, também não encontramos em nenhum período nenhuma anomalia exagerada que justifique a intervenção da sofisticada metodologia dos dados incompletos. Tal como fizemos para os recenseamentos, julgamos ser útil chamar a atenção para alguns aspectos. Em primeiro lugar, a variável mortalidade é incontestavelmente a mais desenvolvida desde sempre. Embora nem sempre tudo o que necessitamos esteja disponível, em particular no princípio do século (por exemplo, não podemos calcular directamente a mortalidade infantil por distritos), é possível proceder a uma correcta caracterização da sua evolução. O maior problema talvez resida no estudo da mortalidade por causas: a tipologia das causas varia muito e o diferente peso das outras doenças pode falsear as comparações.

Quanto à natalidade, os dados disponíveis possibilitam o cálculo dos indicadores clássicos, mas o mesmo não podemos dizer dos indicadores mais sofisticados. O facto de não dispormos, a não ser a partir de 1980, do número de nascimentos por idades das mães impede-nos o cálculo da descendência média, pelo menos ao nível distrital, e, como tal, de dispormos de um indicador conjuntural que nos deixe antever o processo de substituição das gerações. Temos de recorrer aos métodos de standardização, muito úteis sem dúvida em demografia histórica, mas que nos dificultam as comparações internacionais nos nossos dias.

No que diz respeito aos movimentos migratórios, a situação é bem mais complexa: a emigração é a variável melhor desenvolvida, embora esse desenvolvimento interesse muito pouco à análise demográfica (nem sequer existe, por exemplo, a decomposição por idades ao nível distrital), a clandestinidade apenas existe para alguns países, o retorno não está registado, as migrações internas só podem ser estimadas através de métodos indirectos, etc.

Em síntese, podemos afirmar que, apesar das limitações a que me referi, os dados disponíveis permitem estudar com relativa profundidade a demografia portuguesa do século xx. Finalizaremos este ponto introdutório com duas observações complementares. A não existência de dupla classificação impede-nos em Portugal de poder brilhar, quer perante os nossos colegas

internacionais, quer perante os nossos colegas das outras ciências sociais. A essência da lógica demográfica — a análise por gerações — continua a não poder ser aplicada a não ser através do método da coorte fictícia. Ao nível regional, quando queremos estudar as ilhas, a transformação da unidade de recolha «distrito» em «região autónoma» dificulta-nos as comparações e vai obrigar-nos a ter de reconstruir as séries com base na unidade «ilha».

2. EVOLUÇÃO DOS ASPECTOS GLOBAIS DA POPULAÇÃO

Em relação aos volumes e ritmos de crescimento ao nível global do País, a população praticamente duplicou (passou de 5 423 132 habitantes em 1900 para 9 833 014 em 1981). Em nenhum decénio encontramos taxas de crescimento anual médio elevadas. São, em geral, taxas próximas de zero (no período de 1960-70 chega a ser negativa), com excepção dos períodos de 1920-40 e 1970-80, em que são ligeiramente superiores à unidade. Ao nível distrital, nos primeiros trinta anos do nosso século, somente quatro distritos (Évora, Beja, Porto e Funchal) tinham um crescimento superior a 1%. Todos os outros tinham um crescimento mais moderado, com excepção do distrito da Guarda, no continente, e dos distritos da Horta e Angra do Heroísmo, nas Ilhas, que tinham um crescimento negativo. No decénio a seguir à grande crise económica dos anos 30, todo o espaço português evoluiu no sentido do crescimento, verificando-se até que a maior parte dos distritos têm uma taxa de crescimento relativamente elevada. É inconteste o período em que o nosso país nos aparece mais homogêneo. No decénio de 1940-50 observa-se a mesma característica do período anterior, mas esse crescimento é nitidamente mais acentuado no litoral. Nos três decénios que se seguem, a progressiva perda de ritmo de crescimento na maior parte dos distritos e um acentuar de assimetria litoral/interior são os traços dominantes. Finalmente, no último decénio, o nosso país parece recuperar o seu ritmo de crescimento perdido, em particular no litoral. No entanto, em distritos como Beja, Portalegre, Castelo Branco, Guarda e Vila Real e nos Açores, o crescimento continuou a ser negativo. É verdade que existem três distritos do interior (Évora, Bragança e Viseu) com um crescimento positivo, mas esse crescimento não ultrapassa 0,25%. São ritmos de crescimento bastante diferentes dos encontrados no litoral (por exemplo, Setúbal tem 3,38%, Lisboa 2,62%, Faro 1,92% e Porto 1,73%).

Quanto aos aspectos estruturais, podemos observar que as proporções de jovens são mais ou menos constantes até 1930 (cerca de 42%) e apenas a partir desta data começamos a observar um nítido envelhecimento na base (em 1980, os jovens representam apenas 34,4% do total da população). A evolução das proporções das pessoas idosas não se afasta substancialmente do apontado para o envelhecimento na base. Na realidade, até 1930, as proporções de velhos são mais ou menos constantes (cerca de 10%). A partir desta última data, o envelhecimento no topo acentua-se consideravelmente, sobretudo nos últimos vinte anos (em 1980 temos 16% de velhos).

A análise dos valores distritais respeitantes à evolução do envelhecimento na base revela-nos que até 1930 não existiam assimetrias importantes. A partir desta altura, progressivamente, começa a acentuar-se a existência de uma assimetria norte/sul. Assim, em 1970 encontramos um grupo de distritos situados a norte do continente (todos os que estão a norte

do rio Douro mais Braga e Viseu) e a quase totalidade dos distritos das Ilhas, com elevadas proporções de jovens (todos têm valores superiores a 38%). No Sul e na ilha da Horta (distrito da Horta), encontramos distritos bastante envelhecidos na base (todos os distritos têm valores inferiores a 32%). Entre estas duas regiões encontramos valores de transição. Em 1980 encontramos sensivelmente as mesmas características de 1970, embora se observe um ligeiro atenuar das assimetrias anteriormente apontadas. Tal facto é sobretudo devido a um acelerar do envelhecimento na base dos distritos tradicionalmente pouco envelhecidos.

Se analisarmos o envelhecimento no topo, verificamos, em primeiro lugar, que a perda de homogeneidade é mais tardia — começa em 1960. Em segundo lugar, verificamos que o sentido das assimetrias é bastante diferente: é todo o interior, de norte a sul do País, acrescido dos distritos de Faro, Coimbra e Viana do Castelo, que nos aparece muito envelhecido no topo em 1980, enquanto o litoral ainda permanece relativamente jovem.

3. EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS MICRODEMOGRÁFICAS

Sem entrar no detalhe dos diversos tipos de informação que se podem obter consoante os indicadores que se utilizam, a tendência da mortalidade, numa perspectiva de século, tem sido no sentido do declínio moderado numa primeira fase e mais acentuado nos últimos vinte anos. Assim, por exemplo, a mortalidade infantil nos anos 30, ao nível global do País, apresentava valores muito semelhantes aos da Europa ocidental nos finais do século XIX, ou seja, 145^{0/00}. A partir desta data começa um processo de declínio até atingir 24^{0/00} em 1980: 136^{0/00} (1940), 98^{0/00} (1950), 84^{0/00} (1960), 51^{0/00} (1970). Apenas no último decénio houve uma redução para metade.

Ao nível regional, já em 1930 encontramos os distritos do Norte e das Ilhas com um maior nível de mortalidade do que os do Sul e, durante o processo de declínio moderado que se seguiu, o sentido foi o do aumento dessas assimetrias (em 1970, por exemplo, a mortalidade infantil em Vila Real é de 71^{0/00}, ao passo que em Faro é de 44^{0/00}). Somente no último decénio encontramos sinais de atenuamento dessas assimetrias. Esta mudança reflectiu-se sobretudo na alteração da estrutura da mortalidade por causas: progressivamente, a tuberculose e as doenças do aparelho digestivo deixam de ser as principais causas de morte, sendo substituídas pelo cancro e pelas doenças cardiovasculares. Esta última causa de morte, em 1980, representava 35% do total dos óbitos.

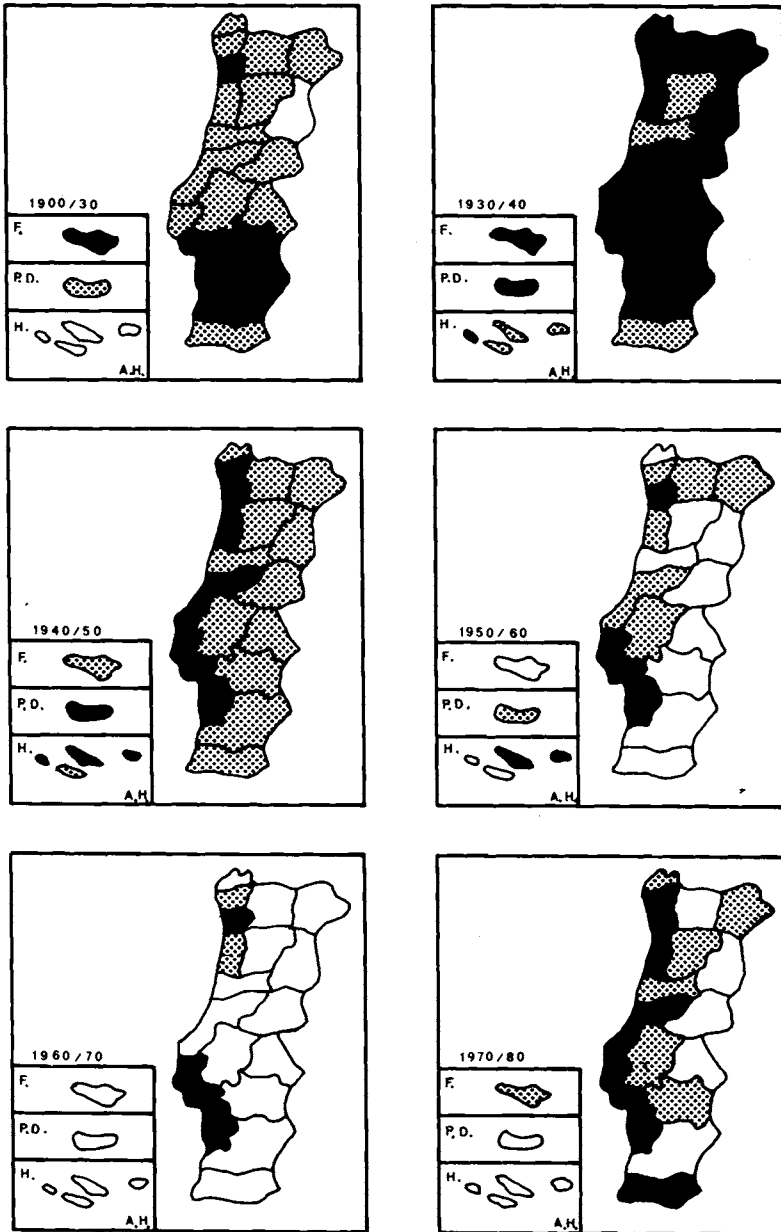
Em relação à natalidade, encontramos a mesma tendência quer ao nível global, quer ao nível regional. Contudo, esse declínio não é tão linear como no caso da mortalidade, visto que no período de 1940-60 observamos uma certa estabilidade desse declínio. Tal facto deve-se à existência de dois movimentos contraditórios existentes no espaço português: ter havido regiões, como, por exemplo, Braga, em que o nível da fecundidade aumentou e outras em que o declínio foi bastante acentuado nesse mesmo período.

Por último, pensamos ser interessante assinalar que o declínio da fecundidade foi de tal forma acentuado que provavelmente, em algumas regiões, as gerações já não se renovam.

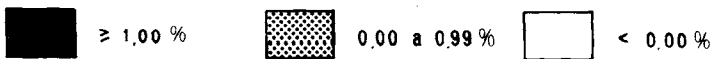
Quanto aos movimentos migratórios, não nos iremos pronunciar, visto que existe uma comunicação específica sobre este tema. Apenas me limi-

Taxas de crescimento total anual médio, por distritos, de 1900 a 1980
(em percentagem)

(FIGURA 1)

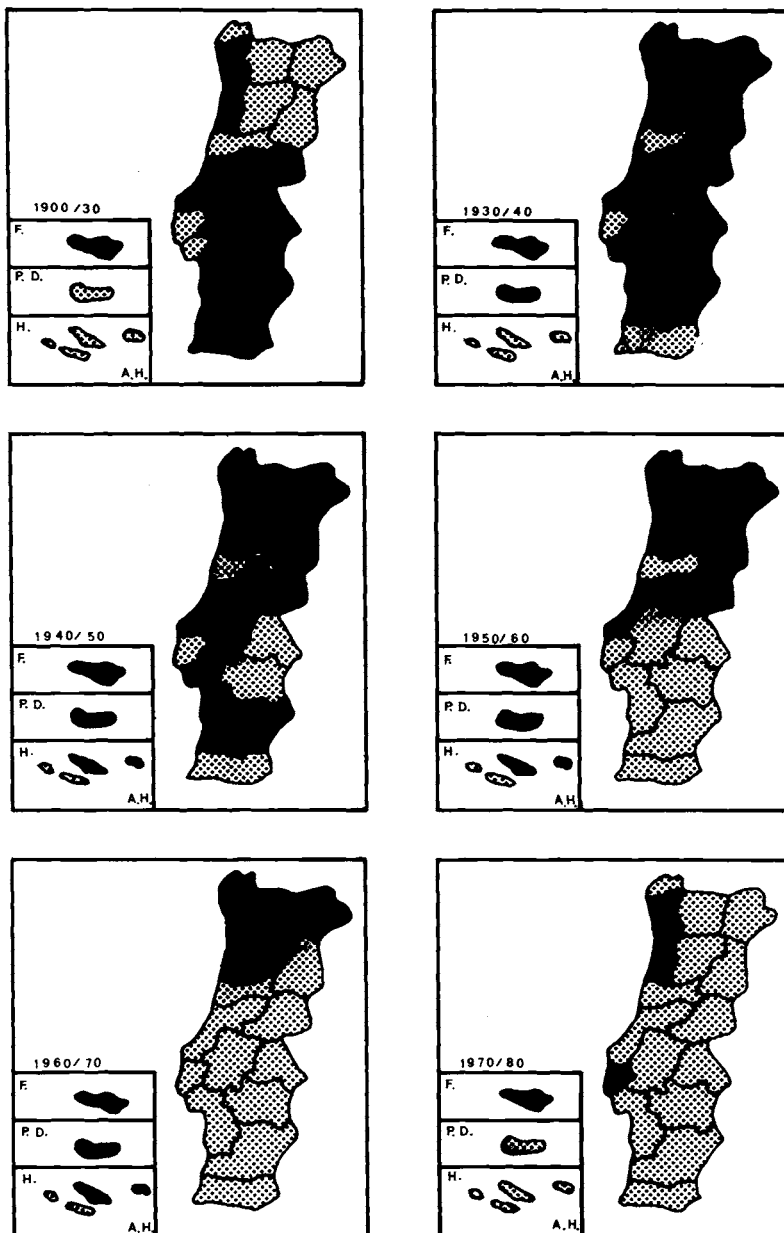


LEGENDA:

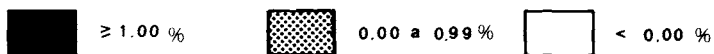


Taxas de crescimento natural anual médio, por distritos, de 1900 a 1980
(em percentagem)

(FIGURA 2)



LEGENDA.



tarei a assinalar que as regiões de maior emigração não são as que apresentam saldos migratórios mais negativos. No espaço português, as migrações internas são tão importantes como as externas e o seu sentido é diferente: as primeiras orientam-se no sentido litoral/interior e as segundas no sentido norte/sul.

4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PERÍODO EM ANÁLISE

Perante a evolução anteriormente apresentada, concluímos este nosso trabalho explicitando as principais características gerais do período em análise. Não seremos exaustivos. Limitar-nos-emos a apresentar aqueles aspectos que, à luz dos trabalhos já feitos, nos parecem ser os mais importantes. Aproveitamos para juntar alguns apelos no sentido de se incentivar a investigação.

Assim, temos:

1.º Portugal aparece-nos, antes de mais, como um país com moderadas taxas de crescimento, se bem que, no último decénio, o seu ritmo tenha aumentado bastante. Este ritmo de crescimento no decénio de 1970-80 (1,29%), quando comparado com o ritmo observado no decénio anterior (-0,21%), não significa que tivesse havido uma alteração profunda na nossa dinâmica demográfica. Na realidade, se observarmos, ano a ano, a nossa dinâmica de crescimento neste decénio, verificamos que, nos períodos de 1973-74 e 1974-75, os ritmos de crescimento foram respectivamente de 2,64% e 4,40%; nos períodos posteriores retoma-se um ritmo de crescimento que ronda os 0,5%. É este empolamento anormal, devido ao retorno concentrado dos anos de 1974 e 1975, que eleva a nossa taxa decenal de crescimento. Aproxima-nos assim, ao nível global, dos valores encontrados nos países da Europa ocidental.

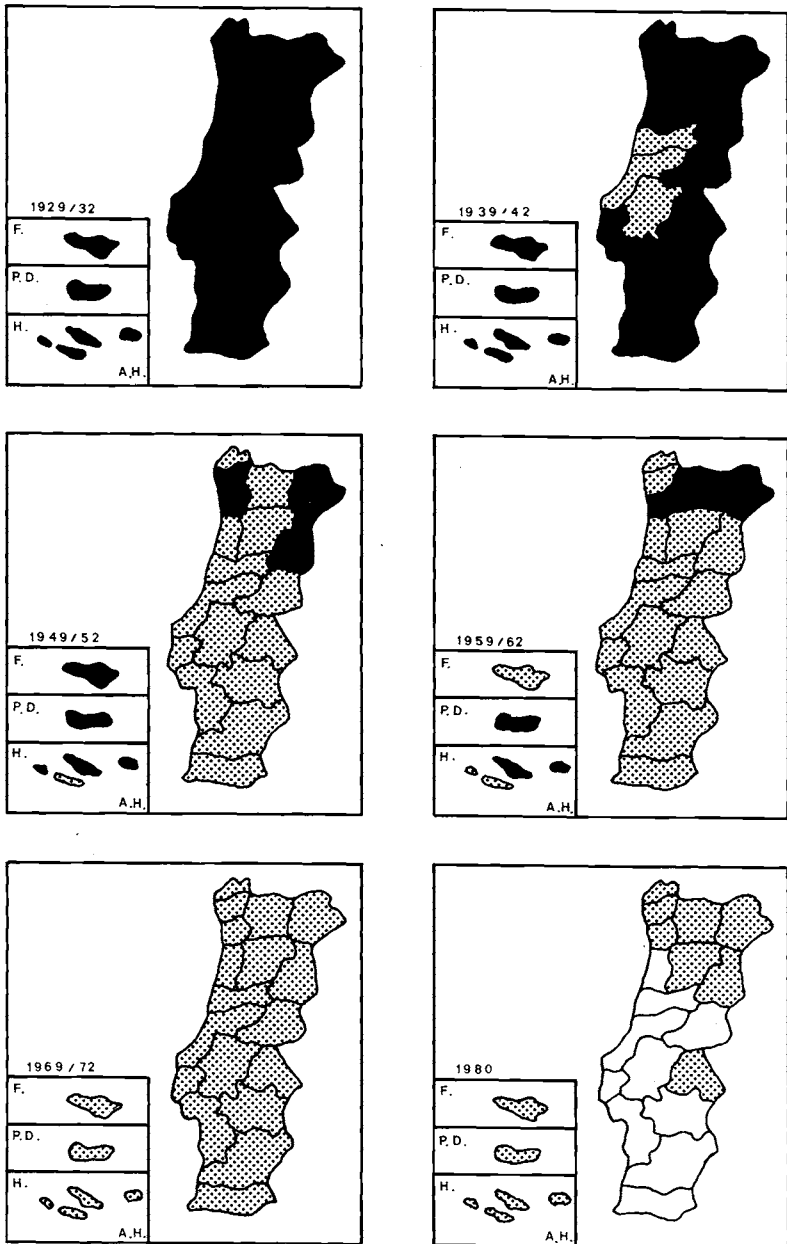
2.º O crescimento descrito anteriormente não é igual no espaço português. A partir dos anos 40 começou a manifestar-se uma nítida assimetria litoral/interior. Mais ainda, no decénio de 1960-70, essa concentração deixa de ser extensiva a todo o litoral e passa a localizar-se em torno de dois grandes pólos: Lisboa e Porto. Somente cinco distritos têm um crescimento positivo (Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal). De norte a sul do País e na totalidade das Ilhas, tudo o resto desertifica.

No último decénio, devido ao efeito do retorno, retoma-se a concentração em todo o litoral.

3.º No que diz respeito aos aspectos estruturais, Portugal iniciou um processo de envelhecimento por volta dos anos 30. Ao nível global, este processo tem-se manifestado com um ritmo lento de evolução. Portugal é o país mais jovem da Europa. Mas por detrás desta evolução global ocultam-se profundas assimetrias regionais. Em linhas gerais, o nosso país aparece-nos muito envelhecido na base nos distritos do Centro e Sul e muito envelhecido no topo no seu interior. Por outro lado, sabendo-se que o declínio da fecundidade provoca um duplo envelhecimento, que a emigração envelhece o topo e rejuvenesce a base, que a imigração provoca o efeito inverso e que os distritos de maior crescimento são os menos envelhecidos, não é difícil concluir que o litoral tem predominantemente crescido à custa do interior (e, mais recentemente, à custa do retorno), provocando nesta última região um acentuar do envelhecimento causado pelo declínio da fecundidade. Porém, as coisas não são assim tão simples. Por exemplo, porque é que o distrito da Guarda nos aparece excessivamente envelhecido na base e


Taxas de mortalidade infantil, por distritos, de 1930 a 1980
(em permilagem)


(FIGURA 3)



LEGENDA:

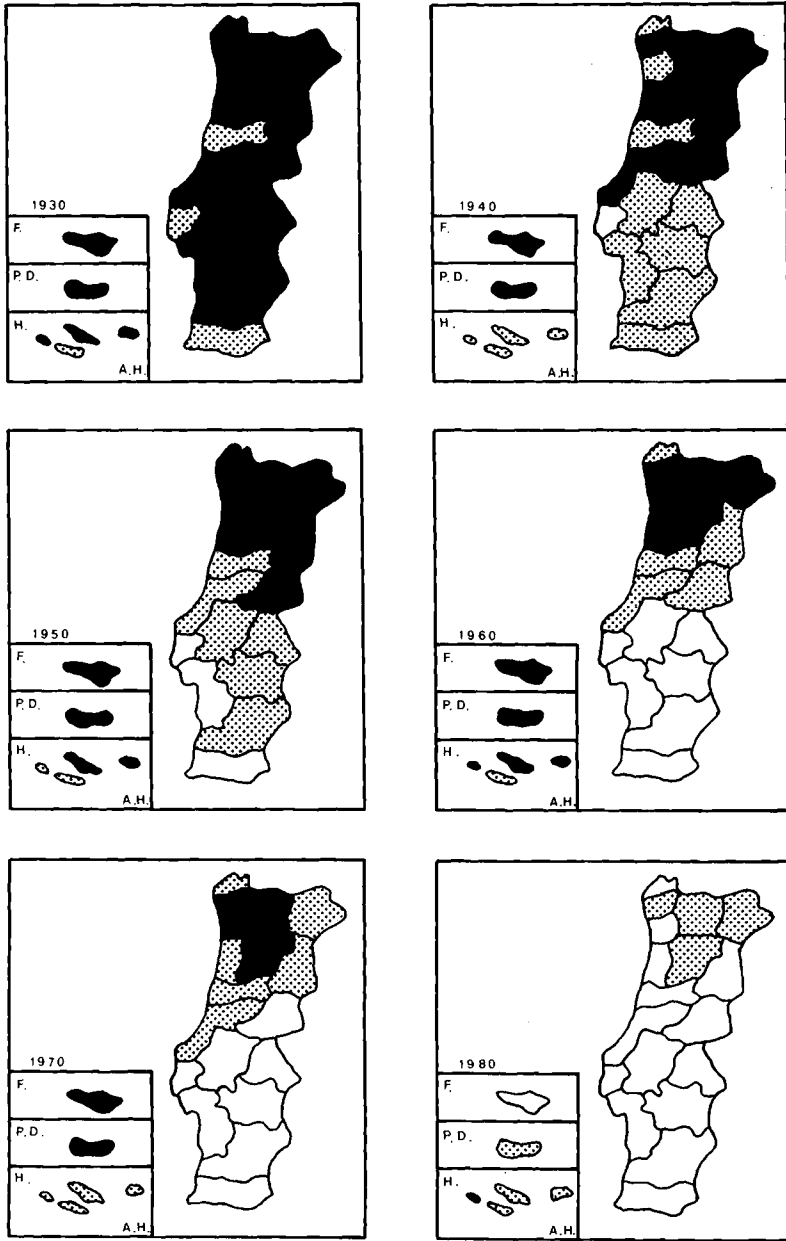
 $\geq 100\%$

 25,1 a 99,9‰

 $\leq 25\%$


Descendência média, por distritos, de 1930 a 1980
(em percentagem)


(FIGURA 4)



LEGENDA:

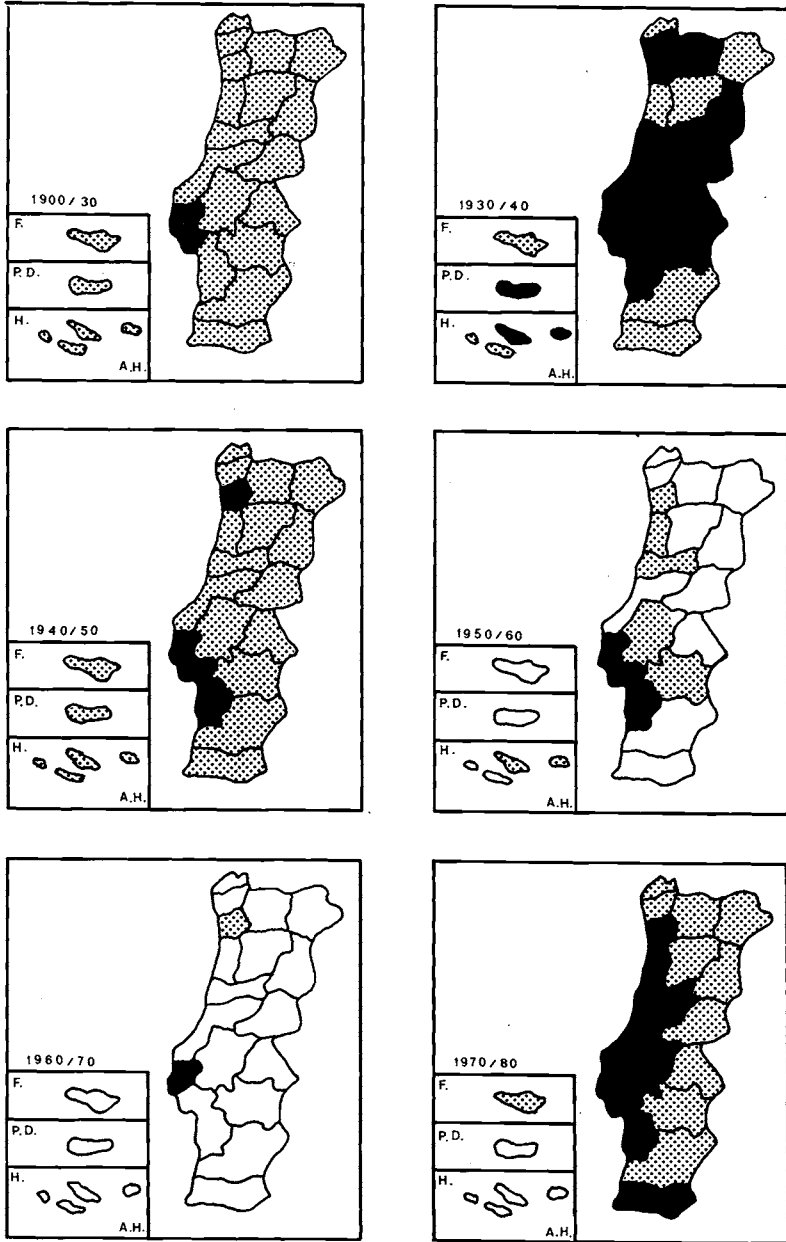
 $\geq 3,5$

 $2,6$ a $3,4$

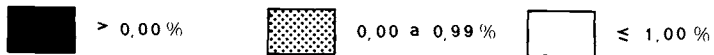
 $\leq 2,5$

Taxas de crescimento migratório anual médio, por distritos, de 1900 a 1980
(em percentagem)

(FIGURA 5)

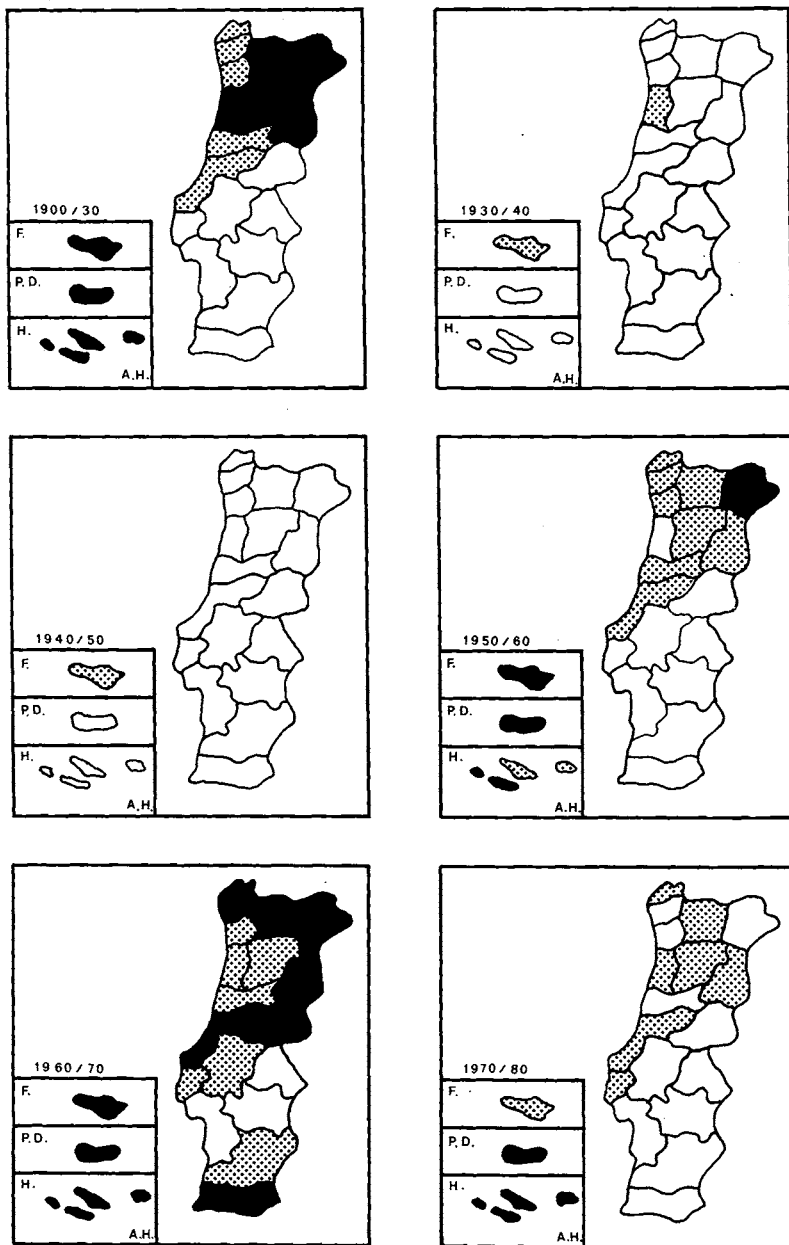


LEGENDA:

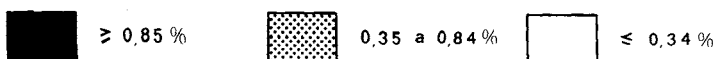


Taxas de emigração anual média, por distritos, de 1900 a 1980
(em percentagem)

(FIGURA 6)



LEGENDA:



no topo? Enquanto região de forte emigração, deveria estar relativamente jovem na base. Será o retorno ou o declínio da fecundidade? O retorno não é uma imigração vulgar. Seria bom, se possível à microescala, refazer os modelos de simulação dos efeitos das variáveis nas estruturas, para compreendermos melhor este último aspecto.

4.º Durante o século xx assistimos a um lento e moderado declínio da mortalidade. Estamos muito próximos, nos anos 80, dos valores encontrados na Europa ocidental, mas esse declínio foi bastante menos acentuado no Norte e nas Ilhas do que no Sul. É uma evidência simples nas suas linhas gerais. Mas inúmeros aspectos estão por esclarecer.

Quando começou a 1.ª fase de transição demográfica e porquê? Quando a começamos a observar no século xx, já está em declínio; logo, temos de procurar a resposta no século xix. E, mesmo durante o século xx, o que temos feito? Servimo-nos das tábuas de mortalidade e da mortalidade infantil para caracterizar o período posterior a 1930 e das TBM para caracterizar o período anterior. Serve como remédio, mas não para diagnosticar e caracterizar situações em profundidade. A unificação das metodologias de análise, socorrendo-nos, se for necessário, das técnicas de análise para dados incompletos, é outra urgência.

Também a mortalidade por causas, a mortalidade por meses e a diferencial estão mal estudadas, ou até mesmo não existem. Só através destes resultados poderemos chegar a uma autêntica demografia social. Assim, no que diz respeito à mortalidade por causas, já me referi a algumas mudanças... outras podem ser apontadas, mas são apenas aproximações grosseiras. Não está provado que a maior incidência de certas causas em certas regiões seja independente da estrutura por idades.

É toda uma lógica probabilística que temos de introduzir nas nossas investigações. Quanto à mortalidade por meses, sabemos que neste momento temos um padrão europeu, ou seja, maior incidência nos meses frios. Mas também sabemos que, no passado não muito longínquo, no Sul se morria mais nos meses de Junho/Julho e no Norte no mês de Setembro. Será porque estes meses correspondem a meses de ponta da actividade agrícola? Qual a tipificação destas diferenças? Desde quando se começaram a transformar? E o que sabemos nós da desigualdade social perante a morte?

5.º Quanto à fecundidade, sabemos que tem uma evolução e uma tipificação muito semelhantes às da mortalidade e também sabemos que a ilegitimidade sempre foi mais importante no Sul do que no Norte. O recurso aos índices do Coole permite-nos observar, com indicadores sofisticados, todo o século xx, mas dificulta-nos as comparações internacionais. É um mal menor. Mas inúmeras questões estão em aberto. A entrada na 2.ª fase da transição demográfica ocorreu durante o século xx, mas simultaneamente em todas as regiões? Qual a tipologia das diferentes transições? Transitámos ou não de uma situação em que a criança tinha valor económico e não tinha custos para uma outra em que o valor passou a ser afectivo e o económico aparece sob a forma de custos, custos esses que estão em concorrência com outros bens alternativos? Como conjugar esta análise teórica com a teoria da capilaridade social, que defende o ponto de vista de que a racionalização da fecundidade deriva da necessidade de investirmos na nossa ascensão social? Mais ainda: a sobrevivência do modelo demográfico do antigo regime, caracterizado por uma nupcialidade tardia e por um celibato definitivo importante, em que medida pode explicar as assimetrias encontradas?

Apesar de existirem todas estas questões para as quais não temos ainda resposta, pensamos que, no essencial, os principais traços de evolução da população portuguesa se encontram explicitados. É inútil andar à volta dos mesmos números para, de forma eventualmente diferente, chegarmos às mesmas conclusões ou, ainda, torturá-los para confessarem o que não podem.

O tempo em que se corria para o Instituto Nacional de Estatística para, em jogadas de antecipação, se publicar em primeira mão, iludindo os outros, os últimos números deve constituir para nós uma imagem de museu. É no apurar de novas metodologias, no estudo das interligações entre as variáveis demográficas e as outras variáveis do sistema social, que devemos investir.

A demografia cada vez mais deixa de ser um conjunto de técnicas e é cada vez mais uma autêntica ciência social, com problemáticas cada vez mais complexas e ricas. Para que essas problemáticas possam ser resolvidas torna-se necessário provocar a informação. Não seremos mais os capítulos introdutórios dos planos de desenvolvimento e ordenamento do espaço ou aqueles que se limitam a fornecer uns tantos indicadores para os trabalhos dos outros. Seremos antes aqueles que tiramos das longas séries numéricas, através de metodologias sofisticadas, os comportamentos anónimos, as atitudes invisíveis do homem perante a vida, a morte e a sucessão de gerações.

ANEXOS

**Taxas de crescimento total anual médio, por distritos, de 1900 a 1980
(em percentagem)**

Distritos	1900-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Aveiro	+ 0,83	+ 1,01	+ 1,10	+ 0,82	+ 0,42	+ 1,40
Beja	+ 1,30	+ 1,38	+ 0,45	- 0,50	- 2,95	- 0,83
Braga	+ 0,48	+ 1,65	+ 1,14	+ 0,89	+ 0,26	+ 1,36
Bragança	+ 0,04	+ 1,35	+ 0,67	+ 0,22	- 2,50	+ 0,20
Castelo Branco	+ 0,63	+ 1,51	+ 0,64	- 0,25	- 2,11	- 0,81
Coimbra	+ 0,35	+ 0,98	+ 0,54	- 0,12	- 0,73	+ 0,97
Évora	+ 1,10	+ 1,61	+ 0,55	- 0,09	- 2,00	+ 0,22
Faro	+ 0,46	+ 0,78	+ 0,27	- 0,42	- 1,56	+ 1,92
Guarda	- 0,06	+ 1,31	+ 0,40	- 0,85	- 2,82	- 0,25
Leiria	+ 0,82	+ 1,46	+ 1,01	+ 0,21	- 0,65	+ 1,10
Lisboa	+ 0,86	+ 1,56	+ 1,49	+ 1,24	+ 1,35	+ 2,62
Portalegre	+ 0,90	+ 1,36	+ 0,59	- 0,61	- 2,48	- 0,31
Porto	+ 1,00	+ 1,56	+ 1,14	+ 1,25	+ 1,00	+ 1,73
Santarém	+ 0,97	+ 1,20	+ 0,77	+ 0,03	- 0,70	+ 0,63
Setúbal	—	+ 1,50	+ 1,89	+ 1,48	+ 2,26	+ 3,38
Viana do Castelo	+ 0,21	+ 1,15	+ 0,68	- 0,06	- 0,98	+ 0,11
Vila Real	+ 0,21	+ 1,30	+ 0,93	+ 0,18	- 1,98	- 0,08
Viseu	+ 0,25	+ 0,60	+ 0,53	- 0,25	- 1,56	+ 0,25
Angra do Heroísmo	- 0,08	+ 0,95	+ 1,00	+ 1,07	- 1,08	- 1,40
Horta	- 0,37	+ 0,68	+ 0,41	- 1,08	- 1,84	- 1,40
Ponta Delgada	+ 0,16	+ 1,46	+ 1,27	+ 0,27	- 1,29	- 1,40
Funchal	+ 1,16	+ 1,62	+ 0,79	- 0,03	- 0,61	+ 0,28
Portugal	+ 0,77	+ 1,24	+ 0,89	+ 0,48	- 0,21	+ 1,29

Fonte: *Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa.

**Taxas de crescimento natural anual médio, por distritos, de 1900 a 1980
(em percentagem)**

Distritos	1900-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Aveiro	+ 1,28	+ 1,40	+ 1,37	+ 1,59	+ 1,59	+ 1,03
Beja	+ 1,35	+ 1,42	+ 1,01	+ 0,94	+ 0,54	+ 0,14
Braga	+ 1,01	+ 1,63	+ 1,58	+ 1,99	+ 2,02	+ 1,55
Bragança	+ 0,92	+ 1,37	+ 1,29	+ 1,54	+ 1,04	+ 0,53
Castelo Branco	+ 1,20	+ 1,43	+ 1,24	+ 1,08	+ 0,62	+ 0,05
Coimbra	+ 0,85	+ 0,85	+ 0,78	+ 0,86	+ 0,80	+ 0,77
Évora	+ 1,23	+ 1,26	+ 0,96	+ 0,80	+ 0,56	+ 0,42
Faro	+ 1,20	+ 0,97	+ 0,74	+ 0,62	+ 0,36	+ 0,31
Guarda	+ 0,89	+ 1,26	+ 1,20	+ 1,08	+ 0,64	+ 0,05
Leiria	+ 1,28	+ 1,37	+ 1,27	+ 1,23	+ 0,99	+ 0,56
Lisboa	+ 0,76	+ 0,27	+ 0,24	+ 0,62	+ 0,98	+ 1,11
Portalegre	+ 1,20	+ 1,27	+ 0,93	+ 0,76	+ 0,44	+ 0,05
Porto	+ 1,07	+ 1,19	+ 1,13	+ 1,63	+ 1,74	+ 1,34
Santarém	+ 1,25	+ 1,19	+ 1,02	+ 0,97	+ 0,69	+ 0,32
Setúbal	—	+ 1,22	+ 1,03	+ 0,98	+ 0,86	+ 0,57
Viana do Castelo	+ 0,85	+ 1,17	+ 1,14	+ 1,27	+ 1,08	+ 0,65
Vila Real	+ 0,89	+ 1,29	+ 1,35	+ 1,57	+ 1,32	+ 0,77
Viseu	+ 0,97	+ 1,23	+ 1,24	+ 1,28	+ 1,10	+ 0,72
Angra do Heroísmo	+ 0,60	+ 0,87	+ 1,11	+ 1,57	+ 1,20	+ 0,95
Horta	+ 0,41	+ 0,85	+ 0,90	+ 0,86	+ 0,73	+ 0,95
Ponta Delgada	+ 0,94	+ 1,35	+ 1,49	+ 1,95	+ 1,83	+ 0,95
Funchal	+ 1,53	+ 1,85	+ 1,50	+ 1,70	+ 1,71	+ 1,09
Portugal	+ 1,04	+ 1,15	+ 1,05	+ 1,22	+ 1,15	+ 0,85

Fonte: *Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa.

**Envelhecimento na base, por distritos, de 1900 a 1980
(em percentagem)**

Distritos	1900	1930	1950	1960	1970	1980
Aveiro	44,2	43,8	41,8	41,6	41,6	37,4
Beja	42,7	43,5	39,5	35,3	31,8	28,7
Braga	43,3	44,4	45,8	46,2	47,6	43,2
Bragança	43,3	44,2	43,3	42,1	40,6	35,5
Castelo Branco	45,1	43,0	40,4	37,2	32,9	28,7
Coimbra	42,9	40,2	36,5	34,6	33,0	31,1
Évora	41,6	42,8	38,0	33,1	29,9	28,3
Faro	45,1	42,0	35,0	31,6	28,7	28,0
Guarda	44,7	43,3	41,5	39,1	35,7	31,2
Leiria	44,9	43,2	40,6	38,2	36,8	33,4
Lisboa	39,1	34,8	30,1	28,5	30,2	30,3
Portalegre	42,9	41,8	37,0	32,3	28,8	26,8
Porto	45,0	42,8	41,0	41,4	41,4	38,1
Santarém	44,2	41,7	37,0	34,1	32,1	29,9
Setúbal	—	44,3	37,7	33,7	31,7	31,9
Viana do Castelo	40,7	42,0	41,2	40,6	39,4	36,9
Vila Real	43,9	44,1	44,0	44,3	43,9	39,3
Viseu	43,8	43,2	42,0	44,1	39,6	36,9
Angra do Heroísmo	40,1	39,4	38,0	39,1	38,7	39,3
Horta	37,6	39,0	36,4	34,2	32,2	39,3
Ponta Delgada	43,5	45,6	42,8	44,9	41,2	39,3
Funchal	47,2	46,2	45,7	44,0	45,6	41,8
Portugal	43,2	41,9	39,1	37,6	36,9	34,3

Fonte: *Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa.

**Envelhecimento no topo, por distritos, de 1900 a 1980
(em percentagem)**

Distritos	1900	1930	1950	1960	1970	1980
Aveiro	11,0	10,8	11,0	12,3	12,8	13,9
Beja	8,2	9,0	11,2	17,3	17,3	22,5
Braga	9,7	9,4	9,2	9,7	11,1	12,0
Bragança	8,2	10,5	9,2	10,3	16,0	19,1
Castelo Branco	8,9	10,0	11,4	13,3	19,8	24,0
Coimbra	11,3	12,0	13,0	14,5	17,9	19,2
Évora	8,7	8,4	10,0	11,7	16,6	20,6
Faro	8,1	9,8	12,9	14,9	20,2	21,5
Guarda	9,1	10,9	11,5	13,6	20,0	23,4
Leiria	10,3	10,7	10,8	12,0	14,6	16,5
Lisboa	8,3	8,9	10,6	12,4	14,0	14,6
Portalegre	8,3	9,4	11,1	13,6	19,7	24,3
Porto	8,1	8,1	9,0	9,8	11,2	12,2
Santarém	9,6	10,6	11,9	13,9	17,4	19,6
Setúbal	—	6,9	8,2	9,6	11,5	12,6
Viana do Castelo	12,1	11,8	12,1	13,6	16,6	19,0
Vila Real	9,4	9,7	9,3	10,0	13,6	16,4
Viseu	10,6	11,1	11,6	12,9	16,7	18,7
Angra do Heroísmo	14,9	13,1	10,8	10,4	13,9	15,8
Horta	17,0	14,9	12,5	14,1	19,3	15,8
Ponta Delgada	10,8	9,9	8,1	8,8	11,1	15,8
Funchal	9,0	8,4	8,3	9,9	12,4	14,2
Portugal	9,6	9,6	10,5	11,7	14,4	15,8

Fonte: *Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa.

Taxas brutas de mortalidade, por distritos, de 1930 a 1980
(em permilagem)

Distritos	1929-32	1939-42	1949-52	1959-62	1969-72	1980
Aveiro	14,8	15,2	12,0	10,9	10,4	8,6
Beja	14,6	14,9	11,2	10,0	11,9	11,9
Braga	17,6	18,4	14,6	11,8	10,0	7,9
Bragança	22,1	19,7	14,8	12,5	12,5	11,1
Castelo Branco	16,1	15,2	10,8	10,0	11,6	12,5
Coimbra	14,6	15,3	12,0	10,6	11,8	11,2
Évora	15,2	14,2	14,6	9,6	11,3	11,2
Faro	15,2	14,2	11,7	11,0	13,7	11,8
Guarda	19,9	18,3	13,6	12,1	13,2	13,1
Leiria	15,6	13,8	10,6	9,7	11,1	10,4
Lisboa	18,6	15,3	12,3	10,0	10,8	9,1
Portalegre	14,9	14,3	10,7	10,3	12,5	13,1
Porto	19,3	18,7	15,4	12,0	9,9	7,9
Santarém	14,2	12,5	10,0	9,8	11,7	11,3
Setúbal	17,6	14,2	9,4	8,9	8,8	7,6
Viana do Castelo	16,0	16,1	13,0	11,5	11,8	11,3
Vila Real	19,0	18,4	14,9	13,0	11,9	10,7
Viseu	17,1	17,0	13,1	11,7	12,3	11,3
Angra do Heroísmo	19,7	16,6	14,9	13,0	10,9	11,4
Horta	15,9	14,4	11,3	11,3	12,2	11,4
Ponta Delgada	20,0	18,3	13,9	11,6	10,2	11,4
Funchal	18,3	16,9	12,4	11,5	10,3	9,7
Portugal	17,1	15,9	12,2	11,0	10,9	9,7

Fonte: *Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa.

Taxas de mortalidade infantil, por distritos, de 1930 a 1980
(em permilagem)

Distritos	1929-32	1939-42	1949-52	1959-62	1969-72	1980
Aveiro	164,8	113,0	86,3	84,5	60,3	22,1
Beja	143,2	129,3	96,3	84,0	49,3	18,9
Braga	160,1	147,3	112,8	96,8	61,0	27,9
Bragança	163,7	149,7	101,1	110,8	65,8	35,0
Castelo Branco	130,9	120,0	75,3	70,8	42,5	19,3
Coimbra	100,0	93,0	63,8	62,3	40,8	17,4
Évora	142,9	138,7	92,3	69,8	41,3	17,2
Faro	123,2	114,7	77,8	68,8	44,0	21,0
Guarda	168,2	145,3	102,0	92,0	58,8	26,8
Leiria	112,1	94,0	66,5	49,8	32,8	18,2
Lisboa	154,3	152,3	85,0	67,3	38,3	18,9
Portalegre	140,3	131,0	90,5	78,3	46,8	27,2
Porto	190,4	173,3	132,8	104,0	61,3	28,3
Santarém	114,7	98,7	67,3	54,3	33,0	21,0
Setúbal	158,2	150,1	88,3	57,0	27,5	21,8
Viana do Castelo	173,6	112,0	83,0	73,8	52,3	26,8
Vila Real	162,2	128,0	96,5	102,5	71,0	41,8
Viseu	167,9	127,3	80,8	78,0	56,0	29,8
Angra do Heroísmo	200,3	198,3	170,8	135,3	91,3	29,3
Horta	158,3	129,0	82,0	58,5	53,5	29,3
Ponta Delgada	223,3	218,7	149,0	101,5	68,5	29,3
Funchal	197,5	151,3	113,0	98,3	66,5	25,2
Portugal	144,6	136,0	98,0	83,5	51,3	24,3

Fonte: *Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa.

Taxas brutas de natalidade, por distritos, de 1930 a 1980
(em permilagem)

Distritos	1929-32	1939-42	1949-52	1959-62	1969-72	1980
Aveiro	29,9	26,5	28,1	28,5	23,2	17,6
Beja	28,7	23,7	21,9	18,4	14,9	13,5
Braga	34,4	30,0	34,0	34,0	28,5	20,4
Bragança	35,6	30,6	30,1	28,3	19,1	15,5
Castelo Branco	31,7	26,2	23,7	20,1	14,2	12,8
Coimbra	25,7	21,3	21,4	19,7	18,3	14,5
Évora	30,5	23,3	20,4	17,3	18,8	13,9
Faro	26,8	21,2	19,1	16,4	15,8	14,0
Guarda	33,2	28,6	26,3	22,9	15,7	14,0
Leiria	30,9	25,4	24,3	22,7	18,5	15,7
Lisboa	23,4	15,5	16,3	18,3	20,2	14,5
Portalegre	29,5	22,5	19,2	17,5	15,1	12,6
Porto	32,9	26,4	26,2	30,4	25,1	17,5
Santarém	28,3	21,8	20,2	20,1	16,4	14,1
Setúbal	30,8	22,3	19,4	19,2	17,4	15,0
Viana do Castelo	29,5	24,2	26,4	24,6	20,9	16,7
Vila Real	33,9	28,7	30,8	30,0	23,2	17,8
Viseu	30,4	27,1	27,5	25,6	21,9	17,5
Angra do Heroísmo	27,9	24,4	28,4	30,0	20,3	21,5
Horta	23,4	22,1	22,0	19,9	19,3	21,5
Ponta Delgada	32,1	29,2	32,5	34,4	29,2	21,5
Funchal	37,5	30,7	30,1	31,7	26,2	18,1
Portugal	30,0	24,5	24,7	24,3	21,0	16,1

Fonte: *Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa.

Descendência média, por distritos, de 1930 a 1980
(em percentagem)

Distritos	1930	1940	1950	1960	1970	1980
Aveiro	4,0	3,5	3,8	3,9	3,4	2,3
Beja	4,1	3,2	3,0	2,5	2,4	2,3
Braga	4,5	4,1	5,0	5,0	4,5	2,8
Bragança	5,3	4,5	4,4	4,2	3,3	2,6
Castelo Branco	4,4	3,7	3,5	2,8	2,3	2,1
Coimbra	3,3	2,8	2,9	2,6	2,7	2,1
Évora	4,0	3,0	2,6	2,1	2,4	2,2
Faro	3,4	2,7	2,5	2,2	2,4	2,2
Guarda	4,4	4,0	3,8	3,4	2,8	2,3
Leiria	4,2	3,6	3,4	3,0	2,7	2,2
Lisboa	2,6	1,8	1,9	2,1	2,5	1,9
Portalegre	4,0	3,0	2,6	2,3	2,4	2,1
Porto	3,9	3,2	3,9	4,0	3,6	2,2
Santarém	3,9	3,0	2,8	2,5	2,4	2,1
Setúbal	4,0	3,0	2,4	2,2	2,2	2,0
Viana do Castelo	3,6	3,2	3,6	3,4	3,0	2,5
Vila Real	4,7	4,1	4,5	4,5	4,0	3,0
Viseu	4,2	3,8	4,0	3,9	3,7	2,8
Angra do Heroísmo	3,7	3,3	3,8	4,2	3,0	3,3
Horta	3,3	2,8	3,0	2,9	3,2	3,3
Ponta Delgada	4,6	4,1	4,5	4,9	4,7	3,3
Funchal	4,8	4,2	4,3	4,2	4,2	2,5
Portugal	3,9	3,2	3,3	2,9	3,0	2,2

Fonte: *Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa, para 1980: de 1930 a 1970, Maria Graça Morais, «A substituição das gerações em Portugal», in *Análise Social*, n.º 75, ICS, Lisboa, 1983.

**Taxas de emigração anual média, por distritos, de 1900 a 1980
(em percentagem)**

Distritos	1900-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Aveiro	1,04	0,36	0,25	0,72	0,83	0,42
Beja	0,07	0,01	0,00	0,02	0,37	0,31
Braga	0,56	0,09	0,08	0,38	1,06	0,28
Bragança	1,09	0,21	0,19	0,95	1,18	0,32
Castelo Branco	0,14	0,03	0,03	0,15	1,21	0,23
Coimbra	0,80	0,14	0,13	0,36	0,48	0,29
Évora	0,02	0,00	0,00	0,01	0,14	0,14
Faro	0,25	0,11	0,10	0,26	0,89	0,23
Guarda	0,88	0,23	0,21	0,73	1,53	0,35
Leiria	0,56	0,07	0,06	0,37	1,34	0,55
Lisboa	0,10	0,02	0,01	0,06	0,40	0,74
Portalegre	0,04	0,00	0,00	0,03	0,15	0,07
Porto	0,58	0,10	0,09	0,32	0,47	0,17
Santarém	0,13	0,02	0,02	0,16	0,58	0,26
Setúbal	—	0,00	0,00	0,04	0,30	0,20
Viana do Castelo	0,52	0,14	0,13	0,59	1,41	0,37
Vila Real	1,06	0,14	0,12	0,61	0,89	0,50
Viseu	1,04	0,25	0,23	0,74	0,75	0,39
Angra do Heroísmo	1,53	0,14	0,12	0,41	1,67	2,33
Horta	1,21	0,05	0,05	1,25	2,04	2,33
Ponta Delgada	1,75	0,13	0,11	0,93	2,97	2,33
Funchal	1,03	0,69	0,62	1,82	1,31	0,88
Portugal	0,58	0,12	0,11	0,40	0,78	0,35

Fonte: *Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa.

**Taxas de crescimento migratório anual médio, por distritos, de 1900 a 1980
(em percentagem)**

Distritos	1900-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Aveiro	- 0,45	- 0,39	- 0,27	- 0,77	- 1,10	+ 0,37
Beja	- 0,05	- 0,04	- 0,56	- 1,44	- 3,49	- 0,97
Braga	- 0,53	+ 0,02	- 0,44	- 1,10	- 1,76	- 0,19
Bragança	- 0,88	- 0,02	- 0,62	- 1,32	- 3,54	- 0,33
Castelo Branco	- 0,57	+ 0,08	- 0,60	- 1,33	- 2,73	- 0,86
Coimbra	- 0,50	+ 0,13	- 0,24	- 0,98	- 1,53	- 0,20
Évora	- 0,13	+ 0,35	- 0,41	- 0,89	- 2,56	- 0,20
Faro	- 0,74	- 0,19	- 0,47	- 1,04	- 1,92	+ 1,61
Guarda	- 0,95	+ 0,05	- 0,80	- 1,93	- 3,46	- 0,30
Leiria	- 0,46	+ 0,09	- 0,26	- 1,02	- 1,64	+ 0,54
Lisboa	+ 0,10	+ 1,29	+ 1,25	+ 0,62	+ 0,37	+ 1,51
Portalegre	- 0,30	+ 0,09	- 0,34	- 1,37	- 2,92	- 0,36
Porto	- 0,07	+ 0,37	+ 0,01	- 0,38	- 0,74	+ 0,39
Santarém	- 0,28	+ 0,01	- 0,25	- 0,94	- 1,39	+ 0,31
Setúbal	—	+ 0,28	+ 0,86	+ 0,50	+ 1,40	+ 2,81
Viana do Castelo	- 0,64	- 0,02	- 0,46	- 1,33	- 2,06	- 0,54
Vila Real	- 0,68	+ 0,01	- 0,42	- 1,39	- 3,30	- 0,85
Viseu	- 0,72	- 0,63	- 0,71	- 1,53	- 2,66	- 0,47
Angra do Heroísmo	- 0,68	+ 0,08	- 0,11	- 0,50	- 2,28	- 2,35
Horta	- 0,78	- 0,17	- 0,49	- 1,94	- 2,57	- 2,35
Ponta Delgada	- 0,78	+ 0,11	- 0,22	- 1,68	- 3,12	- 2,35
Funchal	- 0,37	- 0,23	- 0,71	- 1,73	- 2,32	- 0,81
Portugal	- 0,27	+ 0,09	- 0,16	- 0,74	- 1,36	+ 0,44

Fonte: *Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa.